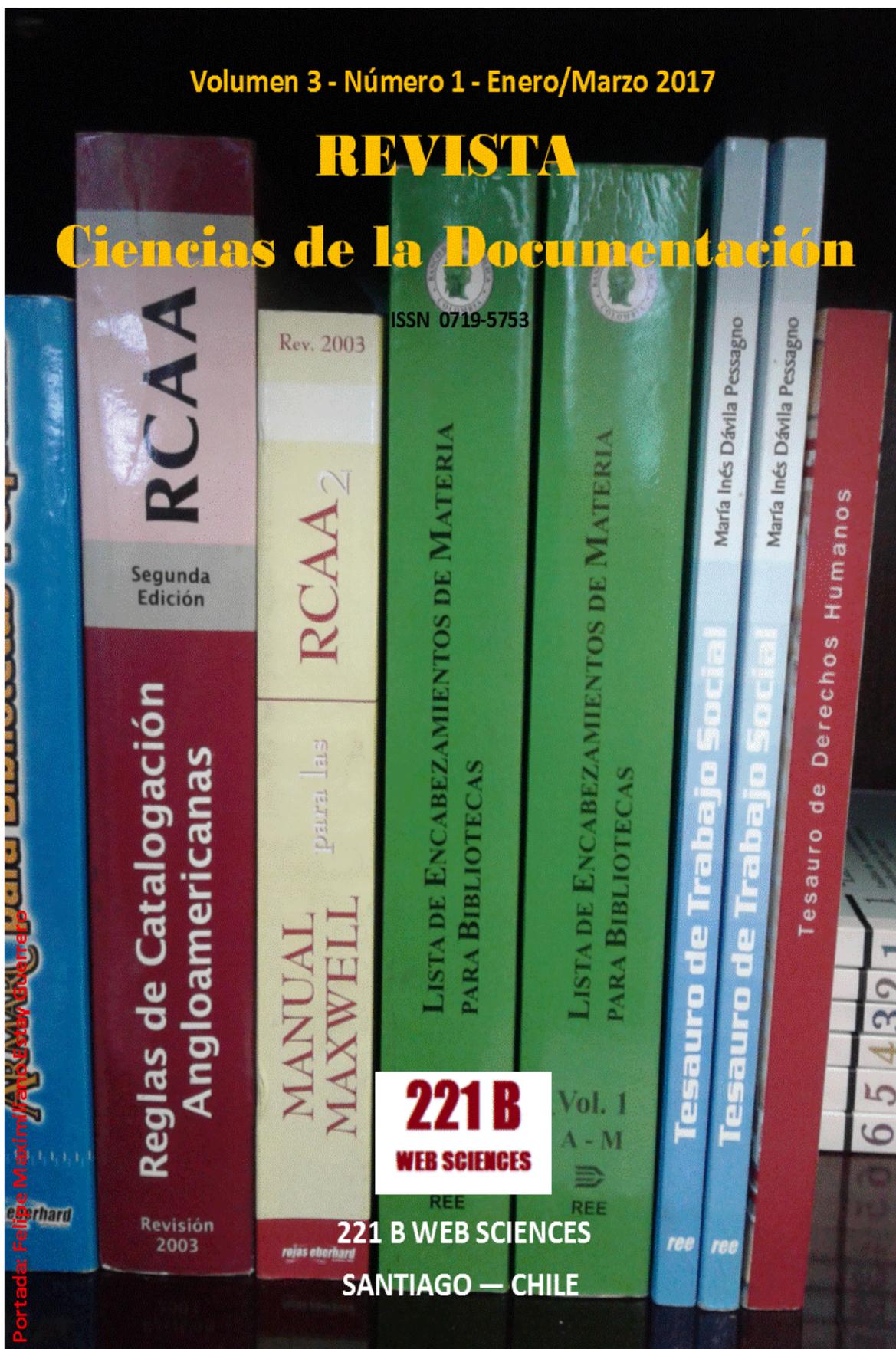


Volumen 3 - Número 1 - Enero/Marzo 2017

REVISTA Ciencias de la Documentación

ISSN 0719-5753

Portada: Felipe Maximiliano Estay Guerrero



221 B
WEB SCIENCES

221 B WEB SCIENCES
SANTIAGO — CHILE

CUERPO DIRECTIVO

Directora

Carolina Cabezas Cáceres
221 B Web Sciences, Chile

Subdirector

Eugenio Bustos Ruz
221 B Web Sciences, Chile

Editor

Juan Guillermo Estay Sepúlveda
221 B Web Sciences, Chile

Cuerpo Asistente

Traductora: Inglés

Pauline Corthorn Escudero
221 B Web Sciences, Chile

Traductora: Portugués

Elaine Cristina Pereira Menegón
221 B Web Sciences, Chile

Portada

Felipe Maximiliano Estay Guerrero
221 B Web Sciences, Chile

Asesoría Ciencia Aplicada y Tecnológica:

221 B Web Sciences

Santiago – Chile

Revista Ciencias de la Documentación
Representante Legal
Juan Guillermo Estay Sepúlveda Editorial

COMITÉ EDITORIAL

Dra. Kátia Bethânia Melo de Souza
Universidade de Brasília – UNB, Brasil

Dr. Carlos Blaya Perez
Universidade Federal de Santa María, Brasil

Ph. D. France Bouthillier
MgGill University, Canadá

Dr. Juan Escobedo Romero
Universidad Autónoma de San Luis de Potosí,
México

Dr. Jorge Espino Sánchez
Escuela Nacional de Archiveros, Perú

Dra. Patricia Hernández Salazar
Universidad Nacional Autónoma de México, México

Dra. Trudy Huskamp Peterson
Certified Archivist Washington D. C., Estados
Unidos

Dr. Luis Fernando Jaén García
Universidad de Costa Rica, Costa Rica

Dra. Elmira Luzia Melo Soares Simeão
Universidade de Brasília, Brasil

Lic. Beatriz Montoya Valenzuela
Pontificia Universidad Católica del Perú, Perú

Mg. Liliana Patiño
Archiveros Red Social, Argentina

Dr. André Porto Ancona Lopez
Universidade de Brasília, Brasil

Dra. Glauca Vieira Ramos Konrad
Universidad Federal de Santa María, Brasil

Dra. Perla Olivia Rodríguez Reséndiz
Universidad Nacional Autónoma de México, México

COMITÉ CIENTÍFICO INTERNACIONAL

Dr. Héctor Guillermo Alfaro López
Universidad Nacional Autónoma de México, México

Dr. Eugenio Bustos Ruz
Asociación de Archiveros de Chile, Chile

Ph. D. Juan R. Coca
Universidad de Valladolid, España

Dr. Martino Contu
Universitá Degli Studi di Sassari, Italia

Dr. José Ramón Cruz Mundet
Universidad Carlos III, España

Dr. Carlos Tulio Da Silva Medeiros
Instituto Federal Sul-rio-grandense, Brasil

Dr. Andrés Di Masso Tarditti
Universidad de Barcelona, España

Dra. Luciana Duranti
University of British Columbia, Canadá

Dr. Allen Foster
University of Aberystwyth, Reino Unido

Dra. Manuela Garau
Universidad de Cagliari, Italia

Dra. Marcia H. T. de Figueredo Lima
Universidad Federal Fluminense, Brasil

Dra. Rosana López Carreño
Universidad de Murcia, España

Dr. José López Yepes
Universidad Complutense de Madrid, España

Dr. Miguel Angel Márdero Arellano
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e
Tecnologia, Brasil

Lic. María Auxiliadora Martín Gallardo
Fundación Cs. de la Documentación, España

Dra. María del Carmen Mastropiero
Archivos Privados Organizados, Argentina

Dr. Andrea Mutolo
Universidad Autónoma de la Ciudad de
México, México

Mg. Luis Oporto Ordoñez
Director Biblioteca Nacional y Archivo
Histórico de la Asamblea Legislativa
Plurinacional de Bolivia, Bolivia
Universidad San Andrés, Bolivia

Dr. Alejandro Parada
Universidad de Buenos Aires, Argentina

Dra. Gloria Ponjuán Dante
Universidad de La Habana, Cuba

Dra. Luz Marina Quiroga
University of Hawaii, Estados Unidos

Dr. Miguel Ángel Rendón Rojas
Universidad Nacional Autónoma de México, México

Dra. Fernanda Ribeiro
Universidade do Porto, Portugal

Dr. Carlos Manuel Rodríguez Arrechavaleta
Universidad Iberoamericana Ciudad de México, México

Dra. Vivian Romeu
Universidad Iberoamericana Ciudad de México, México

Mg. Julio Santillán Aldana
Universidade de Brasília, Brasil

Dra. Anna Szlejcher
Universidad Nacional de Córdoba, Argentina

Dra. Ludmila Tikhnova
Russian State Library, Federación Rusa

Indización

Revista Ciencias de la Documentación, se encuentra indizada en:



CATÁLOGO



CENTRO DE INFORMACION TECNOLOGICA



ISSN 0719-5753 - Volumen 3 / Número 1 / Enero – Marzo 2017 pp. 25-39

**A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO NOTURNO:
UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA NOS PERIÓDICOS BRASILEIROS
DA ÁREA DE EDUCAÇÃO FÍSICA ENTRE OS ANOS DE 1996 À 2015**

**LA PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTO CIENTÍFICO EN LA EDUCACIÓN FÍSICA EN EL CONTEXTO
DE LA EDUCACIÓN VESPERTINA: UNA REVISIÓN BIBLIOGRÁFICA EN LAS REVISTAS BRASILEÑAS
DE EDUCACIÓN FÍSICA ENTRE LOS AÑOS 1996 A 2015**

Dr. © Michael Daian Pacheco Ramos
Universidade do Estado da Bahia, Brasil
michaeluneb@gmail.com
Est. Paulo Henrique Oliveira Barbosa
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Fecha de Recepción: 05 de diciembre de 2016 – **Fecha de Aceptación:** 25 de diciembre de 2016

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar a produção científica sobre a Educação Física no ensino noturno por meio de uma revisão bibliográfica nos periódicos da área de Educação Física entre os anos de 1996 a 2015. Nossa metodologia baseou-se na pesquisa bibliográfica que foi desenvolvida a partir de artigos científicos publicados nas revistas digitais: Pensar a Prática, Movimento, Motrivivência, Motriz, Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Conexões, Revista da Educação Física. Os resultados apontam que: 1) existe uma quantidade pequena de artigos publicados entre 1996 a 2015; 2) encontramos no total apenas 4 artigos; 3) as principais temáticas dos artigos discutiam sobre a facultatividade da Educação Física no ensino noturno.

Palavras-Chave

Educação Física e Treinamento Instituições acadêmicas – Ensino

Resumen

El objetivo de este artículo es analizar la literatura científica sobre Educación física en los cursos vespertinos a través de un estudio en las publicaciones dentro del campo de la especialidad entre 1996 y 2015. Nuestra metodología se basa en la literatura que se desarrolló a partir de artículos científicos publicados en revistas digitales: Pensar a Prática, Movimento, Motrivivência, Motriz, Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Conexões, Revista da Educação Física. Los resultados muestran que: 1) hay una pequeña cantidad de artículos publicados entre 1996 a 2015; 2) que se encuentra un total de sólo 4 artículos; 3) los temas principales de los artículos examinados en facultades de Educación Física en las escuelas nocturnas.

Palabras Claves

Educación Física y formación académica – Educación

Este artigo é fruto de um trabalho de conclusão do curso de licenciatura em Educação Física da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus de Jacobina-Bahia. Nosso objeto de investigação foi à relação entre Educação Física e o ensino noturno, em especial como esse debate este presente nos periódicos científicos da área de Educação Física, particularmente nas revistas acadêmicas digitais: Pensar a Prática, Movimento, Motrivivência, Motriz, Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Conexões e Revista da Educação Física.

Desta forma, nosso problema de pesquisa foi: Quais as problemáticas significativas que os periódicos da área apontam sobre a relação da Educação Física com o Ensino Noturno entre os anos de 1996 a 2015?

Na tentativa de responder a questão acima, elencamos como objetivos do trabalho: 1) analisar as problemáticas significativas presentes nos periódicos da área sobre a relação entre Educação Física e o ensino noturno e 2) Mapear e refletir sobre a produção acadêmica da Educação Física no ensino noturno.

A relevância desta pesquisa justificou-se pela pouca discussão sobre a Educação Física no ensino noturno e também pela pouca produção que debata a relação entre a Educação Física e a sua legitimação, que ao longo da sua história vem causando vários impasses como a obrigatoriedade, a facultatividade e conseqüentemente a sua ausência.

Segundo Silva e Sales¹, historicamente, no sistema educacional brasileiro o ensino noturno organizou-se como uma modalidade de ensino destinado a alunos que extrapolavam a idade prevista para concluir os estudos da educação básica. A maioria desses alunos fazem parte da camada socioeconômica menos favorecida e, portanto, necessitam trabalhar para auxiliar o seu próprio sustento e/ou da família. Nesse sentido, o ensino noturno se torna a única opção para conciliar os estudos com o trabalho de uma parte da população brasileira.

Dessa forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/1996 aponta que o ensino noturno é dever do Estado e determina a obrigatoriedade de oferta e adequação às condições dos alunos.

Quando analisamos as etapas da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) o ensino médio ocupa a maior proporção de estudantes matriculados no ensino noturno. Nesse sentido, refletir sobre o ensino noturno no Brasil perpassa também por uma reflexão do ensino médio. Vejamos alguns dados sobre o ensino médio no Brasil.

De acordo com dados do Censo escolar de 2015² o ensino médio tem cerca de 28,5 milhões de matrículas. Quanto à dependência administrativa, a rede estadual compõem 84,4% do total dessas matrículas e 97,1% do total dos alunos estão matriculados na rede

¹ J. S. Silva e L. C. Sales, Atitudes escolares dos alunos da escola noturna: as representações sociais sobre o ensino a noite. In: II Encontro de Pesquisa em Educação Da UFPI, 2002, Teresina - PI. Anais do II Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI, 2002. Disponível em <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2002/GT.16/GT16_5_2002.pdf>. Acesso em 3 de ago. 2016.

² Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. INEP [on line]. Censo escolar 2015. Disponível em <http://www.inep.gov.br>. Acesso em 3 de agosto 2016.

pública. Os dados ainda revelam que o ensino médio conta com 76,4% dos alunos matriculados no turno diurno (matutino e vespertino) e 1,9 milhões, cerca de 23,6%, estão matriculados no período noturno.

Portanto, vimos que o ensino noturno necessita se adequar as condições dos alunos e se articula de maneira orgânica com o ensino médio. E a Educação Física como se articula como a escola? Em especial com o ensino noturno?

Sobre a relação da Educação Física e sua obrigatoriedade na escola de educação básica, a Lei Constitucional n. 1 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, promulgada, em 10 de novembro de 1937 apresenta em seus artigos 131 e 132, respectivamente que,

Art. 131 - A **educação física**, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus serem autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência.

Art 132 - O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas; e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhe a disciplina moral e o **adestramento físico**, de maneira a prepará-la ao cumprimento, dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação.³

Conforme apontado nesta legislação da década de 1930 a Educação Física apresenta-se obrigatória em algumas etapas da escola, contudo temos o entendimento de que esse componente curricular serviu de suporte ideológico para o modelo político-econômico da época. E dessa forma, a Educação Física contribuiu para adestrar e disciplinar moralmente o trabalhador associado à formação de um corpo produtivo que atendesse à lógica de trabalho⁴.

Em outro dispositivo legal, a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, em seu artigo 22 aborda a seguinte redação: “Será obrigatória à prática da Educação Física nos cursos primário e médio até a idade de 18 anos”⁵. Esta redação confirma a obrigatoriedade da Educação Física na escola e sua importância para a capacitação física do trabalhador, tendo em vista a idade máxima estabelecida para sua oferta.

Porém, nos anos de 1970, marcados por uma revolução tecnológica na qual houve transformações nas técnicas de produção onde as máquinas passaram a ser utilizadas em larga escala, tornando ultrapassados os métodos de produção de caráter artesanal e o aprofundamento da eficiência no trabalho, identificamos a primeira vez em que a Educação Física será apresentada nos trechos legais como facultativa. Os critérios de facultatividade tem respaldo no Decreto 69.450 de 1 de novembro de 1971, a saber:

³ Brasil, As Constituições dos Estados e da República (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937), 84. **Grifos nossos.**

⁴ L. Castellanni Filho, Política Educacional e Educação Física (Campinas: Autores Associados, 1998).

⁵ Brasil, Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 4024/61 (Brasília: 1961).

Art. 6º Em qualquer nível de todos os sistemas de ensino é facultativa a participação nas atividades físicas programadas:

- a) **aos alunos do curso noturno** que comprovarem, mediante carteira profissional ou funcional, devidamente assinada, exercer emprego remunerado em jornada igual ou superior a seis horas;
- b) aos alunos maiores de trinta anos de idade;
- c) aos alunos que estiverem prestando serviço militar na tropa;
- d) aos alunos amparados pelo Decreto-lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, mediante laudo do médico assistente do estabelecimento.⁶

Sabemos que atualmente, este Decreto 69.450/1971 não está mais em vigor. Contudo, entendemos que na década de 1970, o paradigma que caracteriza a Educação Física era a esportivização e a aptidão física, e sob essa perspectiva que se assentava as explicações para a facultatividade desta disciplina na escola⁷.

Darido⁸ aponta que a partir da década de 1970 inicia-se o processo de revolução tecnológica, marcada pela automação e informatização. Este novo movimento configura-se em uma nova ruptura com a compreensão do papel da Educação Física na escola, especialmente no ensino noturno.

Essa mudança na compreensão do papel da Educação Física perpassa pelas modificações ocorridas no novo sistema produtivo, em que não precisariam mais de práticas corporais no interior da escola para a formação dos trabalhadores, já que as máquinas e as novas tecnologias vinham substituindo o trabalho braçal humano.

No final da década de 1970 houve a aprovação de uma nova LDB, **Lei nº 6.503/1977 em que apresentou novos critérios para a facultatividade das aulas de Educação Física, a saber:** 1) alunos com problemas de saúde; 2) alunos que servissem ao exército; 3) alunos que possuíssem filhos (prole) e; 4) alunos que trabalhassem e tivessem mais que trinta anos⁹.

Portanto, essas dispensas das aulas eram respaldadas pela compreensão da Educação Física enquanto uma atividade, em especial atividade prática e não como um componente curricular. Esse caráter prático da Educação Física é fruto de influência das concepções higienistas e militarista que por muito tempo subsidiou a organização pedagógica da Educação Física na escola.¹⁰

⁶ Brasil, Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 5692/71 (Brasília: 1971). **Grifos nossos**

⁷ L. Castellanni Filho, Política Educacional e Educação...

⁸ S. C. Darido, Educação física na escola: realidade, aspectos legais e possibilidades. In: Universidade Estadual Paulista. Prograd. Caderno de formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica Vol: 16 (2012) 21-33.

⁹ Brasil, Lei nº 6.503 de 13 de dezembro de 1977. Dispõe sobre a Educação Física em todos os graus e ramos de ensino (Brasília: DF, 1977).

¹⁰ M. D. P. Ramos, Crítica à Organização do Trabalho Educativo na Educação Física Escolar: análise de uma escola estadual do município de Feira de Santana (Bahia: 2014). Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 2014. Disponível em <<http://www2.uefs.br/ppge/dissertacao/dissertacao-pacheco-ramos-2014.pdf>>. Acesso em 3 de agosto 2016.

Em 1996 houve a aprovação de mais uma LDB através da Lei 9394/1996 que em seu artigo 26, parágrafo 3º, aponta que “A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos”.¹¹

Contudo, a Lei 10.328 de 2001 acrescenta a palavra “obrigatório” ao parágrafo 3º do artigo 26 da LDB. Nesse caso, o texto legal se apresentou da seguinte forma: “A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.”¹²

Por fim em 2003 a Lei 10.793/2003 modifica novamente o artigo 26, parágrafo 3º definindo a seguinte situação para a Educação Física na escola:

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno:

- I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;
- II – maior de trinta anos de idade;
- III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;
- IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969;
- V – (VETADO);
- VI – que tenha prole.¹³

Dessa forma, vimos que a LDB entre sua primeira versão até a versão de 1996 apontou critérios de facultatividade, ora aos alunos, ora ao ensino noturno. Dessa forma, consideramos relevante essa abordagem histórica para compreender o cenário atual da Educação Física no ensino noturno.

Aspectos metodológicos

A metodologia é o momento de delinear os procedimentos da pesquisa, e a sua organização varia de acordo com as peculiaridades de cada trabalho¹⁴. Este artigo inspirou-se numa abordagem qualitativa, que segundo Minayo

[...] responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser qualificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.¹⁵

¹¹ Brasil, Lei nº 10.328, de 12º de dezembro de 2001. Introduz a palavra obrigatório após a expressão curricular, constante do parágrafo 3º artigo 26 da 9.394, de 2ª de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo (Brasília: DF, 2001). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10328.htm. Acesso em 3 de agosto 2016.

¹² Brasil, Lei nº 10.328, de 12º de dezembro de 2001. Introduz a palavra obrigatório...

¹³ Brasil, Lei nº 10.328, de 12º de dezembro de 2001. Introduz a palavra obrigatório...

¹⁴ A. C. Gil, Como elaborar projetos de pesquisa (São Paulo: Atlas, 2007).

¹⁵ M. C. S. Minayo, Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 25. ed. rev. atual. (Petrópolis: Vozes, 2007), 21.

Em relação aos objetivos a pesquisa classificou-se como uma pesquisa exploratória que segundo Gil¹⁶ tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema. Esse tipo de pesquisa envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Quanto ao procedimento este trabalho caracterizou-se como uma pesquisa bibliográfica que de acordo com Gil¹⁷ é desenvolvido a partir de materiais já elaborados, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Por isso, a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura muito mais ampla de uma gama de fenômenos do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Nosso campo de observação foram sete (7) revistas digitais da área da Educação Física, a saber: Pensar a Prática, Movimento, Motrivivência, Motriz, Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Conexões, Revista da Educação Física.

Realizamos a escolha destas revistas digitais, pois identificamos que elas representam espaços consolidados de divulgação do conhecimento científico na área da Educação Física e também apresentam respectivamente o *qualis* em Educação Física: B2, A2, B2, B1, B1, B5 e B1 da CAPES.

Selecionamos artigos a partir dos seguintes critérios: 1) Objeto de estudo sobre a relação da Educação Física e o ensino noturno; 2) Artigos publicados entre os anos de 1996 e 2015; 3) Artigos nacionais; 4) Artigos completos disponíveis nas plataformas digitalizadas das revistas pesquisadas.

Após a seleção, encontramos os seguintes artigos que serviram de análise para nosso estudo:

- 1.- A Educação Física no ensino médio - período noturno: um estudo participante de autoria de Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira¹⁸;
- 2.- A Educação Física no ensino noturno das escolas públicas de Maringá de autoria de Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira, Gislaíne Lisboa¹⁹;
- 3.- Dispensas das aulas de Educação Física: apontando caminhos para minimizar os efeitos da arcaica legislação de autoria de Osmar Moreira de Souza Junior, Suraya Cristina Darido²⁰;
- 4.- Quadro das dispensas da Educação Física escolar na rede estadual paulista de autoria de *Fernanda M. Impolcetto, Osmar M. de S. Junior, Heitor de A. Rodrigues, André L. R.*

¹⁶ A. C. Gil, Como elaborar projetos de pesquisa...

¹⁷ A. C. Gil, Como elaborar projetos de pesquisa...

¹⁸ A. A. B. Oliveira, Educação Física no Ensino Médio - período noturno: um estudo participante. Movimento (Porto Alegre), Porto Alegre, n.12 (2000) 05-13, Disponível em <<http://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2495>>. Acesso em 3 de agosto 2016.

¹⁹ A. A. B. Oliveira, Educação Física no Ensino Médio...

²⁰ O. Souza Junior y S. C. Darido, Dispensas das aulas de Educação Física: apontando caminhos para minimizar os efeitos da arcaica legislação brasileira. Pensar a Prática (UFG), v. 2 (2009) 22-32, Disponível em <<https://www.revistas.ufg.br/pef/article/view/6436/5461>>. Acesso em 3 de agosto 2016.

Barroso, André M. de Barros, Anael Fernandes, Laércio C. Franco, Odainton P. Lopes, Augusto B. Guimarães, João R. de S. Junior, Matheus de F. S. de Oliveira, Suraya C. Darido²¹.

Apontamentos introdutórios sobre a produção do conhecimento em Educação Física e ensino noturno

Iniciamos nossa análise apresentando alguns dados peculiares sobre a produção acadêmica relacionada com a Educação Física no ensino noturno, em especial: ano de publicação, quantidade de artigos publicados e principais periódicos que publicaram.

Em relação aos periódicos que os artigos estão vinculados, encontramos o seguinte cenário: um (1) artigo na revista Movimento (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), um (1) artigo na Revista da Educação Física (Universidade Estadual de Maringá), um (1) artigo na revista Pensar a Prática (Universidade Federal de Goiás) e um (1) artigo na revista Conexões (Universidade Estadual de Campinas).

Portanto, nos periódicos Motrivivência (Universidade Federal de Santa Catarina), Motriz (Universidade Estadual Paulista) e Revista Brasileira de Ciências do Esporte (Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte) em 19 anos (entre 1996 à 2015) não há qualquer trabalho que discuta a Educação Física no ensino noturno.

Entendemos que estes dados são preocupantes quando discutimos a produção do conhecimento e a importância que esses periódicos representam para a área da Educação Física.

Outro aspecto que destacamos na análise dos artigos refere-se ao tempo cronológico de publicação. Entre os anos de 1996 à 2015, ou seja, em 19 anos (quase duas décadas) foram encontrados um total de quatro (4) artigos nos periódicos analisados. Consideramos que essa quantidade representa um número muito pequeno, levando-nos a necessidade de refletir de maneira mais aprofundada sobre o porquê a Educação Física no ensino noturno não representa uma temática de interesse de investigação e publicação nos periódicos.

Ainda sobre o ano de publicação, constatamos que esses artigos foram publicados em: 2000 (2 artigos), 2009 (1 artigo) e 2014 (1 artigo). Podemos perceber que os dois primeiros trabalhos publicados são datados de 2000, ou seja, 4 anos após a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB 9394/1996. Nesse caso, a partir desses dados identificamos um silenciamento de quase meia década (4 anos) sobre a Educação Física no ensino noturno nos periódicos analisados.

Outro ponto de destaque refere-se aos intervalos extremamente grandes entre uma produção e outra. Ou seja, após as duas primeiras produções em (2000) a produção

²¹ F. M. Impolcetto; O. Souza Junior; H. Rodrigues; A. Barroso; A. Barros; A. Fernandes; L. Franco; O. P. Lopes; A. B. Guimarães; J. R. Souza Junior; M. F. S. Oliveira y S. C. Darido, O quadro das dispensas da Educação Física Escolar na rede estadual paulista. Conexões (Campinas. Online), v. 12, (2014) 50-69, Disponível em <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/2168>>. Acesso em 3 de agosto 2016.

seguinte veio ocorrer após nove anos (2009), quase uma década, e depois em (2015) meia década depois.

O cenário fica mais complexo, quando comparamos o quantitativo total de artigos publicados pelas revistas nos anos pesquisados. O gráfico 1 abaixo mostra a quantidade de artigos publicados entre os anos de 1996 a 2000, na revista Movimento e na Revista da Educação Física em que encontramos os dois primeiros trabalhos do nosso estudo.

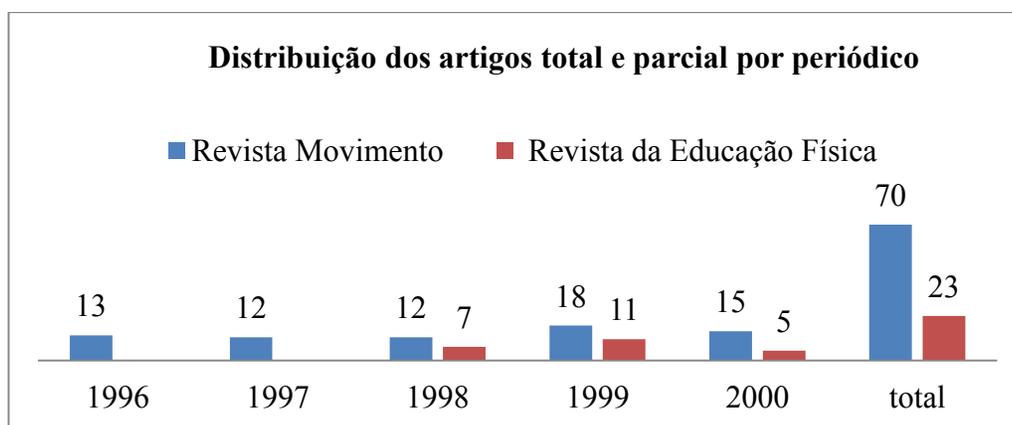


Gráfico 1

Distribuição total de artigos por ano publicado nas revistas Movimento e Revista da Educação Física entre 1996 à 2000

Fonte: Elaboração própria, 2016

Portanto, vemos que dos 93 artigos publicados entre 1996 à 2000, somente dois (2) tratavam sobre a Educação Física e o ensino noturno. Portanto há uma discrepância na importância que tem se dado ao debate sobre a Educação Física no ensino noturno.

O gráfico 2 mostra a quantidade total de artigos publicados entre os anos de 1996 a 2015 em todas as revistas pesquisadas.



Gráfico 2

Quantitativo total em todas as revistas de artigos publicados entre os anos de 1996 à 2015.

Fonte: Elaboração própria, 2016

Portanto, temos que no total foram publicados 1873 artigos até o ano de 2015 e apenas 4 artigos encontrados que abordaram sobre Educação Física o ensino noturno. Isto representa algo preocupante que necessita de um olhar mais atento da comunidade acadêmica sobre a Educação Física no ensino noturno.

Em síntese, acreditamos que o quantitativo de 4 artigos que discutam a relação da Educação Física com o ensino noturno representa uma negligência por parte da comunidade acadêmica de discutir sobre essa temática.

Esta negligência é reflexo também do trato que o poder público tem com a Educação Física na escola, em especial com o ensino noturno, principalmente na relação entre sua oferta e os critérios de facultatividade, algo que atualmente não se sustenta e nem encontra respaldo com a produção científica da Educação Física.

Problemáticas significativas sobre a produção do conhecimento em Educação Física e o ensino noturno

O primeiro artigo analisado de Oliveira²² analisou a possibilidade, através de uma pesquisa participante, da inserção da Educação Física no ensino noturno pautando-se da metodologia das aulas abertas.

De acordo com Oliveira²³ o estudo constituiu-se de quatro etapas básicas: 1) diagnóstico geral da situação da Educação Física no Centro de Atendimento Integral à Criança e ao Adolescente CAIC/UEM – turno noturno; 2) elaboração de uma proposta participativa para o desenvolvimento da Educação Física, baseada na metodologia de ensino das aulas abertas; 3) desenvolvimento da proposta durante um semestre envolvendo as turmas de segundo ano dos cursos de Educação Geral e Auxiliar de Enfermagem e; 4) avaliar as ações desenvolvidas pelo estudo durante o semestre.

Identificamos que Oliveira²⁴ aponta duas questões significativas para o ensino noturno: uma primeira referente a quantidade de alunos matriculados nesta etapa da educação básica, afirmando que nos anos 2000 era a maior proporção, porém atualmente representa a menor proporção entre todas as etapas. E uma segunda questão sobre a negligência de estudos e ações para avançar na qualidade do ensino.

Sobre esse assunto, o Censo de 2015 (INEP, 2015) aponta que o ensino fundamental tem 27,8 milhões de alunos matriculados distribuídos em: 15,5 milhões nos anos iniciais e 12,4 milhões nos anos finais. Enquanto o ensino médio representa 8,1 milhões de alunos matriculados.

Outro ponto de discussão destacado neste trabalho refere-se a falta de legitimação da Educação Física e a sua situação nas escolas:

A realidade encontrada no Ensino Noturno do CAIC/UEM, no desenvolvimento da disciplina Educação Física, retrata uma realidade que há muito vem sendo criticada nos mais diversos estudos realizados por

²² A. A. B. Oliveira, Educação Física no Ensino Médio...

²³ A. A. B. Oliveira, Educação Física no Ensino Médio...

²⁴ A. A. B. Oliveira, Educação Física no Ensino Médio...

pesquisadores e estudiosos da área. O que se pôde constatar foi o desenvolvimento de uma prática ultrapassada e sem significado educacional de valor para a formação dos envolvidos.²⁵

Como relação a opção teórica apontada no artigo de Oliveira²⁶ identificamos que houve um esforço em organizar o trabalho pedagógico a partir de estratégias participativas, pautada na metodologia das Aulas abertas. Em outro estudo Correia²⁷ também propõe-se a concepção de planejamento participativo, para ele o ensino médio deve e pode partir da ideia de um planejamento participativo tendo como vantagens os níveis de participação e motivação dos alunos; repercussão da proposta diante de grupos menos engajados.

O segundo artigo analisado de Oliveira e Lisboa²⁸, tratam de analisar a situação do desenvolvimento de Educação Física do ensino noturno das escolas públicas de Maringá/SP, tendo como base um estudo descritivo.

De acordo com Oliveira e Lisboa²⁹, foram entrevistados 17 professores de 13 estabelecimentos públicos de ensino noturno, que ofertavam Educação Física. Para a realização da pesquisa utilizou-se de entrevista semiestruturada que permitiram abordagem de indicadores desde os aspectos pessoais dos entrevistados até as práticas no desenvolvimento da disciplina no dia-a-dia da escola.

Oliveira e Lisboa³⁰ apontaram que as pesquisa revelam uma preocupação com a adaptação da Educação Física no ensino noturno de um modo geral, como: o turno de trabalho, o cansaço, a exigência diminuída, o tempo encurtado e a qualidade geral reduzida.

Outro ponto em que Oliveira e Lisboa concentram esforço em seu trabalho é sobre a condição facultativa determinada pela LDB 9.394/96 para a Educação Física. Os autores apontam que os estudantes que estudam no período noturno, ao não terem aulas de Educação Física, passam por um processo de discriminação do conhecimento. E defendem que ao invés de facultá-la deve proporcionar a eles uma formação que contemple os conhecimentos sobre o seu corpo e suas possibilidades e vivências da cultura corporal.

Em síntese esses autores apontam que os profissionais que atuam no ensino noturno possuem formação acadêmica em nível de pós-graduação stricto e lato-sensu, contudo, ainda desenvolvem uma prática pedagógica inacessível e descontextualizada, sendo, portanto, indispensável à aplicação de medidas que visem estudos mais aprofundados para servir como base ao enfrentamento das atuais necessidades do ensino, com a finalidade de torná-lo efetivo e útil a todos que dele participam.

²⁵ A. A. B. Oliveira, Educação Física no Ensino Médio... 11.

²⁶ A. A. B. Oliveira, Educação Física no Ensino Médio...

²⁷ W. R. Correia, Planejamento participativo e o ensino de Educação Física no 2º grau. Revista Paulista de Educação Física Supl.2, (1996) 43–48, Disponível em ><http://citrus.uspnet.usp.br/eef/uploads/arquivo/v10%20supl2%20artigo8.pdf>>. Acesso em 3 de agosto 2016

²⁸ G. Lisboa y A. A. B. Oliveira, A Educação Física no Ensino Noturno das Escolas Publicas de Maringá. Revista da Educação Física/UME, Maringá, v.11, n.1 (2000)157-165, Disponível em <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/3803>>. Acesso em 3 de agosto 2016.

²⁹ G. Lisboa y A. A. B. Oliveira, A Educação Física no Ensino Noturno...

³⁰ G. Lisboa y A. A. B. Oliveira, A Educação Física no Ensino Noturno...

No terceiro artigo de Souza Junior e Darido³¹ houve uma abordagem sobre as dispensas das aulas de Educação Física e tem como base de pesquisa um estudo de caso. Os autores tiveram como objetivo, investigar a trajetória dos pedidos de dispensa nas aulas de Educação Física no ensino médio em uma escola particular e apresentar uma proposta apontando algumas possibilidades pedagógicas que diminuísse essa prática de dispensa das aulas.

Souza Junior e Darido³² apresenta uma reflexão sobre as dispensas nas aulas de Educação Física comparando com outras disciplinas do currículo escolar. Contudo, os autores apontam que apesar da legislação permitir a facultatividade das aulas de Educação Física, é possível minimizá-las por meio da construção de mecanismos pedagógicos.

Sobre esses critérios de facultatividade da Educação Física, a LDB 9394;1996 aborda em seu artigo 26 parágrafo 3º que

A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: a) que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; b) maior de trinta anos de idade; c) que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; d) amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969 e; e) que tenha prole.³³

Portanto, as considerações de Souza Junior e Darido apontam para possibilidades de superação sobre o dilema das dispensas nas aulas de Educação Física

Os resultados do estudo mostram como a adoção de um programa de avaliações aos alunos dispensados da Educação Física e outras medidas tornaram-se efetivas para a diminuição desta prática. Os dados indicam que, em um estágio crítico, as dispensas chegaram a atingir 48,8% do total de alunos do Ensino Médio e, com a adoção do programa, este percentual reduziu para apenas 2,7%. Conclui-se que, apesar da legislação, é possível a construção de mecanismos que minimizem as dispensas nas aulas de Educação Física.³⁴

No quarto e último artigo analisado de Impolcetto et al.³⁵, trataram de verificar a incidência de itens da legislação que permitem dispensas das aulas de Educação Física ensino médio em escolas da rede estadual paulista.

De acordo com Impolcetto et al.³⁶, o estudo teve como metodologia do estudo uma entrevista semiestruturada cujo alvos foram: professores, diretores e coordenadores. O

³¹ O. Souza Junior y S. C. Darido, Dispensas das aulas de Educação Física...

³² O. Souza Junior y S. C. Darido, Dispensas das aulas de Educação Física...

³³ Brasil, Lei nº 10.328, de 12º de dezembro de 2001. Introduz a palavra obrigatório após...

³⁴ O. Souza Junior y S. C. Darido, Dispensas das aulas de Educação Física... 1.

³⁵ F. M. Impolcetto; O. Souza Junior; H. Rodrigues; A. Barroso; A. Barros; A. Fernandes; L. Franco; O. P. Lopes; A. B. Guimarães; J. R. Souza Junior; M. F. S. Oliveira y S. C. Darido, O quadro das dispensas da...

³⁶ F. M. Impolcetto; O. Souza Junior; H. Rodrigues; A. Barroso; A. Barros; A. Fernandes; L. Franco; O. P. Lopes; A. B. Guimarães; J. R. Souza Junior; M. F. S. Oliveira y S. C. Darido, O quadro das dispensas da...

objetivo do trabalho foi verificar a incidência das dispensas no ensino médio em escolas da rede estadual paulista que oferecem aulas nos diferentes períodos, diurno e noturno.

Impolcetto et al., apontaram algumas problemáticas relevantes, pois segundo eles:

Ao longo da trajetória da Educação Física na escola, diversas foram as possibilidades de dispositivos legais que permitiram aos alunos solicitarem dispensas das aulas. Mais especificamente, essas leis foram aprovadas nas décadas de 1960 e 1970 e admitiam que alunos com problemas de saúde, que servissem o exército, que tivessem filhos (prole), trabalhassem e tivessem mais de trinta anos, fossem liberados das aulas de Educação Física escolar.³⁷

Diante das situações apresentadas acima Impolcetto et al., levam outros questionamentos no qual apontam a Lei (10.793 de 1º de Dezembro de 2003), como sendo excludente do papel da Educação Física. Segundo os autores:

Qual a razão da lei das dispensas retornar no ano de 2003? Como se deve interpretar essas dispensas? As dispensas são das aulas ou das práticas da Educação Física na escola? Quais as consequências das dispensas para o imaginário social dos atores escolares e para a comunidade em geral? Como os professores de Educação Física se sentem perante essas dispensas? Como lidam com elas no cotidiano escolar? Quantos alunos têm se utilizado delas? Em quais situações?³⁸.

De acordo com os autores citados, quanto a Educação Física na escola e sua trajetória, vários foram as possibilidades e argumentos legais que permitiam as dispensas, devido também ao discurso em que tratava a Educação Física como atividade. Depois da aprovação da LDB de 1996 houve uma mudança nesse quadro ao considera-la como componente curricular. Após a esse cenário significativo para a área esperava avanços quanto à diminuição de dispensas.

Podemos assim dizer que este discurso das dispensa ainda não foi superado na área da Educação Física. Segundo Impolcetto et al., *após a aprovação da LDB de 9394/1996*

*[...] esperava-se que as dispensas das aulas de Educação Física não poderiam mais ser aceitas nas escolas, uma vez que a lei das dispensas referia-se a algo considerado “atividade” e não “componente curricular”.*³⁹

Alguns dos fatos determinantes para essa dispensa apontadas no artigo são:

[...] aulas fora do período das outras disciplinas, critérios e controle para a triagem das dispensas muito frágeis, inexistência de notas bimestrais para

³⁷ F. M. Impolcetto; O. Souza Junior; H. Rodrigues; A. Barroso; A. Barros; A. Fernandes; L. Franco; O. P. Lopes; A. B. Guimarães; J. R. Souza Junior; M. F. S. Oliveira y S. C. Darido, O quadro das dispensas da... 3.

³⁸ F. M. Impolcetto; O. Souza Junior; H. Rodrigues; A. Barroso; A. Barros; A. Fernandes; L. Franco; O. P. Lopes; A. B. Guimarães; J. R. Souza Junior; M. F. S. Oliveira y S. C. Darido, O quadro das dispensas da... 4.

³⁹ F. M. Impolcetto; O. Souza Junior; H. Rodrigues; A. Barroso; A. Barros; A. Fernandes; L. Franco; O. P. Lopes; A. B. Guimarães; J. R. Souza Junior; M. F. S. Oliveira y S. C. Darido, O quadro das dispensas da... 4.

os alunos dispensados e a propagação de uma cultura que era repassada entre os alunos de que as dispensas eram comuns.⁴⁰

Portanto, identificamos que as principais problemáticas discutidas pelos autores sobre a Educação Física no ensino noturno estiveram atreladas as questões das taxas de matrículas no ensino médio e dos critérios de facultatividade da Educação Física neste turno de ensino da educação básica.

Considerações provisórias

Ao final desta reflexão sobre a Educação Física no ensino noturno, chegamos a algumas considerações provisórias que serão sistematizadas nos próximos parágrafos.

Encontramos um número relativamente pequeno de trabalhos publicados em relação a Educação Física e o ensino noturno. Entre os turnos da educação básica o noturno é aquele que menos se apresenta nas produções científicas da área da Educação Física.

Esse descaso leva-nos a refletir que há um desinteresse acerca da temática analisada. Esse desinteresse pode ser acarretado quando se percebe que a escolas no período noturno não tem Educação Física e poucos estudos defendem a sua inclusão.

Outra síntese que chegamos ao final deste texto é que os estudos revelam que há uma incoerência entre o que aponta a LDB sobre a obrigatoriedade da Educação Física em todas as etapas da educação básica e o oferecimento da Educação Física no ensino noturno. Ou seja, necessitamos avançar e materializar a obrigatoriedade da Educação Física que a LDB vem apontando desde sua aprovação.

Identificamos também através das análises dos artigos que os trabalhos que discutem a Educação Física no ensino noturno tem como foco de debate os critérios de facultatividade dos alunos. Dessa forma, percebemos que ainda hoje há equívocos de interpretação da LDB pois não a Educação Física não é facultativa no ensino noturno e sim aos alunos que apresentem tais critérios apontados na lei.

Nosso estudo também considera uma necessidade de uma contínua reflexão sobre os critérios de facultatividade da Educação Física. Pois entendemos que atualmente esses critérios estão subsidiados por uma perspectiva da Educação Física que não encontra respaldo no debate acadêmico atual.

Porém, devemos ampliar os estudos sobre a Educação Física no ensino noturno para além do debate legal/facultativo, devemos produzir e refletir sobre a organização do trabalho pedagógico do professor e outras questões de ordem teórico-metodológica.

Portanto, ao finalizar esta pesquisa indicamos que outros trabalhos possam explorar a realidade do ensino noturno diretamente no chão da escola, apontando possibilidades reais de concretização desta área do conhecimento nesta etapa da educação básica.

⁴⁰ F. M. Impolcetto; O. Souza Junior; H. Rodrigues; A. Barroso; A. Barros; A. Fernandes; L. Franco; O. P. Lopes; A. B. Guimarães; J. R. Souza Junior; M. F. S. Oliveira y S. C. Darido, O quadro das dispensas da... 5.

Referências

Brasil. As Constituições dos Estados e da República. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937.

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

Brasil. Lei nº 10.328, de 12º de dezembro de 2001. Introduz a palavra obrigatório após a expressão curricular, constante do parágrafo 3º artigo 26 da 9.394, de 2ª de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2001. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10328.htm. Acesso em 3 de agosto 2016.

Brasil. Lei nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003. Altera a redação do art. 26§ 3º, e do art. 92 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2001. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.793.htm. Acesso em 3 de agosto 2016.

Brasil. Lei nº 6.503 de 13 de dezembro de 1977. Dispõe sobre a Educação Física em todos os graus e ramos de ensino. Brasília, DF. 1977

Brasil. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 4024/61. Brasília: 1961.

Brasil. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 5692/71. Brasília: 1971.

Brasil. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 3 de agosto 2016.

Castellanni Filho, L. Política Educacional e Educação Física. Campinas: Autores Associados, 1998.

Correia, W. R. Planejamento participativo e o ensino de Educação Física no 2º grau. Revista Paulista de Educação Física Supl.2, (1996) 43–48, Disponível em <http://citrus.uspnet.usp.br/eef/uploads/arquivo/v10%20supl2%20artigo8.pdf>. Acesso em 3 de ago. 2016.

Darido, S. C. Educação física na escola: realidade, aspectos legais e possibilidades. In: Universidade Estadual Paulista. Prograd. Caderno de formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica Vol: 16 (2012) 21-33.

Gil, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Impolcetto, F. M.; Souza Junior, O.; Rodrigues, H.; Barroso, A.; BARros, A.; Fernandes, A.; Franco, L.; Lopes, O. P.; Guimarães, A. B.; Souza Junior, J. R.; Oliveira, M. F. S; Darido, S. C. O quadro das dispensas da Educação Física Escolar na rede estadual paulista. Conexões (Campinas. Online), v. 12, (2014) 50-69, Disponível em <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/2168>. Acesso em 3 de agosto 2016.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. INEP [on line]. Censo escolar 2015. Disponível em <http://www.inep.gov.br>. Acesso em 3 de agosto 2016.

Lisboa, G. y Oliveira, A. A. B. A Educação Física no Ensino Noturno das Escolas Publicas de Maringá. Revista da Educação Física/UME, Maringá, v.11, n.1 (2000)157-165, Disponível em <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/3803>>. Acesso em 3 de agosto 2016.

Minayo, M. C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007.

Oliveira, A. A. B. Educação Física no Ensino Médio - período noturno: um estudo participante. Movimento (Porto Alegre), Porto Alegre, n.12 (2000) 05-13, Disponível em <<http://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2495>>. Acesso em 3 de agosto 2016.

Ramos. M. D. P. Crítica à Organização do Trabalho Educativo na Educação Física Escolar: análise de uma escola estadual do município de Feira de Santana – Bahia. 2014. 140p. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 2014. Disponível em <<http://www2.uefs.br/ppge/dissertacao/dissertacao-pacheco-ramos-2014.pdf>>. Acesso em 3 de agosto 2016.

Silva, J. S. e Sales, L. C. Atitudes escolares dos alunos da escola noturna: as representações sociais sobre o ensino a noite. In: II Encontro de Pesquisa em Educação Da UFPI, 2002, Teresina - PI. Anais do II Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI, 2002. Disponível em <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2002/GT.16/GT16_5_2002.pdf>. Acesso em 3 de ago. 2016.

Souza Junior, O. y Darido, S. C. Dispensas das aulas de Educação Física: apontando caminhos para minimizar os efeitos da arcaica legislação brasileira. Pensar a Prática (UFG), v. 2 (2009) 22-32, Disponível em <<https://www.revistas.ufg.br/feff/article/view/6436/5461>>. Acesso em 3 de agosto 2016.

Para Citar este Artigo:

Ramos, Michael Daian Pacheco y Barbosa, Paulo Henrique Oliveira. A produção do conhecimento sobre a Educação Física no ensino noturno: uma revisão bibliográfica nos periódicos brasileiros da área de Educação Física entre os anos de 1996 à 2015. Rev. Cs. Doc. Vol. 3. Num. 1. Enero - Marzo 2017, ISSN 0719-5753, pp. 25-39.

221 B
WEB SCIENCES

Revista
CD
Ciencias de la
Documentación

Las opiniones, análisis y conclusiones del autor son de su responsabilidad y no necesariamente reflejan el pensamiento de la **Revista Ciencias de la Documentación**.

La reproducción parcial y/o total de este artículo debe hacerse con permiso de **Revista Ciencias de la Documentación**.